

Neste número pode ler:

RC's da FAP, Incentivos e o Futuro

"São estranhas contradições estas em que, antes do nosso ingresso nos é prometido um futuro azul e duradouro e, depois de cá estarmos, somos bombardeados com (falsos) incentivos, precisamente, para nos irmos embora."

Militares e cidadãos, não mastins

"...Para quem está no poder seria mais conveniente que os militares se comportassem como mastins e não como cidadãos em uniforme com um elevado sentido cívico. Mas para a preservação do estado de direito democrático o militar interveniente, com elevada cultura cívica, interessado nas coisas militares e da defesa militar da República, na vida pública, em suma, o cidadão em uniforme é mais adequado, certamente.

..."

O exercício dos direitos de cidadania

"...Ficou provado que os militares podem manifestar-se, fardados, na rua e nos espaços públicos, da forma que o fizeram, sem que os bens constitucionais que a CRP pretende salvaguardar ao prever a restrição de alguns direitos de cidadania aos cidadãos militares sejam postos em causa. E os Srs. Deputados reconheceram-no e aplaudiram.

..."

Saúde Higiene e Segurança no Trabalho

Equipamentos dotados de visor

"...

Os trabalhadores devem ser sujeitos a um **exame médico** adequado aos olhos e à visão antes de ocuparem pela primeira vez um posto de trabalho dotado de visor. Este exame deve ser repetido **periodicamente** e sempre que os operadores apresentem perturbações visuais. **As despesas com os exames são suportadas pela entidade patronal...**"



Boletim informativo

do Delegado e dos Núcleos da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Boletim n.º 2/01

Julho

"... os sargentos têm toda a razão..."

Eng. Ângelo Correia
RTP2 Jornal da Noite, 22JUN01

" Chamo a atenção dos senhores deputados para o número inusitado de militares fardados que quiseram vir hoje assistir aos trabalhos da Assembleia. Peço que me acompanhem numa salva de palmas para estes nossos visitantes."

Presidente da A. R. Dr. Almeida Santos
Todos os deputados aplaudiram de pé a presença dos militares, 28JUN01

" ... 4000 sargentos [Praças e Militarizados da Marinha] manifestaram-se fardados no parlamento..."

Prof. Marcelo rebelo de Sousa
TVI Jornal Nacional, 01JUL01

"... também compreendo que há o chamado direito à indignação, estamos no século XXI e não nos tempos de outrora..."

GEN Alvarenga Sousa Santos, CEMGFA
RTP1 Telejornal, 01JUL

"Ah filhos, venham mais vezes que a rua fica tão bonita convosco aqui."

Idosa na rua Augusta
durante o passeio de 21JUN01



Lisboa antiga - 1300, 1450

RC's da FAP, Incentivos e o Futuro

O nosso futuro realmente começou aqui, mas agora exige-se saber onde continua e em que condições, pois pela Força Aérea já vimos que não passa.

São estranhas contradições estas em que, antes do nosso ingresso nos é prometido um futuro azul e duradouro e, depois de cá estarmos, somos bombardeados com (falsos) incentivos, precisamente, para nos irmos embora.

Não temos, de facto, nada contra os nossos camaradas contratados do Exército, até porque eles é que estão bem e nós mal, mas o facto é que eles continuam a ser promovidos ao posto seguinte com metade do tempo de permanência no posto anterior relativamente à Força Aérea. Para tentarmos resolver a questão, já foram feitas duas exposições ao CEMFA e uma ao Provedor de Justiça, mas o problema teimosamente subsiste.

Logicamente, estamos a ser discriminados e está a ser violada a Constituição que prevê igualdade de tratamento para os três ramos das Forças Armadas.

No passado dia 15 de Dezembro de 2000, na maior "operação de charme" até hoje levada a efeito pelas Forças Armadas ao pessoal em RC (Regime de Contrato), o Governo fez publicar os novos incentivos.

Esquecem, no entanto, todas estas cabecinhas pensantes, que gerem o pessoal cá do burgo, que a maior publicidade à tropa é feita, precisamente, pelos militares que fazem parte dos seus diversos quadros e que nós, RC's, continuamos atentos e igualmente descontentes.

É que, apesar de por vezes podermos andar com um pouco de sono por termos de estudar até tarde para os exames, não andamos cá propriamente a dormir e, felizmente,

não utilizamos a cabecinha só para usar o bivaque. Senão, reparem bem em algumas das pérolas cintilantes que descobrimos e com as quais fomos brindados nos ditos incentivos:

- A maior delas todas está contida no artº. 20º que nos promete equiparação salarial aos camaradas do QP (Quadro Permanente) do mesmo posto, mas que, segundo o número 2 do mesmo artigo, tal equiparação pode demorar (pasmem-se) 24 meses, ou seja, qualquer coisa como 2 anos "à espera de Godôl", aquele que, tal como na famosa peça de Becket, acaba por nunca aparecer. Quer isto dizer que o militar em RC que saia da tropa hoje ou daqui a 2 anos, corre o sério risco de nunca ver o seu salário aumentado;

- Outra preciosidade é o subsídio para pagamento de propinas e a atribuição de bolsas de estudo para o pessoal com mais de cinco anos de serviço. Tudo isto, é claro, para depois da

passagem à situação de Disponibilidade. Ora, como é sabido, os cursos superiores duram entre quatro a cinco anos. Os contratos do pessoal em RC podem-se estender até aos nove anos e meio. Obviamente, a esmagadora maioria

do pessoal quando se vai embora, ou é muito burra, ou então já sai formada, logicamente com as propinas já todas pagas. No caso da bolsa de estudo, ela ainda é

automaticamente suspensa se o militar na Disponibilidade frequentar algum curso de formação ou certificação profissional;

- O artº. 22º, no seu nº. 2, diz o seguinte: «Após o período de instrução a que se refere o número anterior, os militares em RC e RV mantêm o direito à alimentação, aplicando-se ao alojamento e ao fardamento o regime estabelecido

para os militares dos QP». Mas o artº. 6º, do mesmo Decreto-Lei, sobre a vigência, anuncia: «A aplicação do direito ao alojamento, a que se refere o nº. 2 do artigo 22º. do Regulamento aprovado pelo presente diploma, fica condicionada por um período de cinco anos, por forma a serem criadas condições qualitativas e quantitativas para o seu cumprimento.» Pela minha parte e da parte de todos aqueles que daqui a 5 anos já estarão bem longe da tropa por falta de oportunidades de ingresso nos QP's, o nosso muito obrigado;

- Deliciem-se agora com o nº. 3 do artº. 7º: «Os ramos disponibilizam aos militares em RC e RV salas de estudo, com as adequadas facilidades para o acesso à informação». De facto, devemos estar todos a precisar urgentemente de óculos, pois nenhum de nós conseguiu ainda descortinar a existência de uma única dessas salas;

- O artº. 26º, igualmente magnífico, prevê um período máximo de concessão de prestações de desemprego até 30 meses. Para variar, estas prestações são suspensas se o militar beneficiar de atribuição de bolsa de estudo ou se receber as prestações monetárias previstas no artº. 21º;

- No valioso artº. 28º, vêm previstas regalias para a contratação de jovens à procura do primeiro emprego. Qualquer uma destas regalias é para jovens com menos de 30 anos. A esmagadora maioria dos militares que cumpram os nove anos e meio de contrato ou, nalguns casos ainda menos, sai da tropa com mais de 30...;

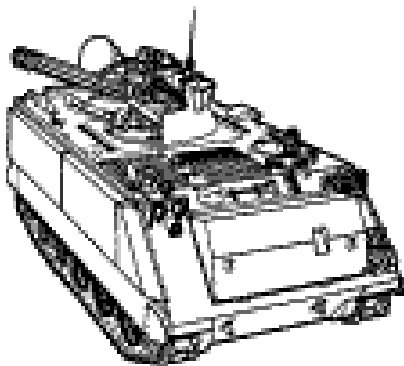
São estes, entre outros da mesma igualha e utilidade, os incentivos para os jovens militares que passam à Disponibilidade. Com esta idade, vemo-nos confrontados com a difícil inserção no mercado de trabalho portugueses.

Portanto, a todos aqueles que, desta forma, se preocuparam com o bem estar dos RC's, o nosso bem haja. Aos mesmos, ainda uma promessa final: voltaremos certamente a falar!

2SAR RC da FAP



O nosso futuro realmente começou aqui, mas agora exige-se saber onde continua e em que condições, pois pela Força Aérea já vimos que não passa.



ANS - Associação Nacional de Sargentos

R. Barão de Sabrosa, 57 • 2º • 1900-088 LISBOA • Tel: 21 815 49 66 • Fax: 21 815 49 58

• E-mail: geral@ans.pt • Portal: www.ans.pt

O EXERCÍCIO DOS DIREITOS DE CIDADANIA

A Associação Nacional de Sargentos congratula-se com a demonstração de civismo, de disciplina, de unidade e coesão que os militares deram provas nas atitudes de indignação ocorridas em todo o País no dia 21 e junto à Assembleia da República e da residência oficial de S. Ex.a o Primeiro Ministro no dia 28 de Junho.

A Associação Nacional de Sargentos saúda os militares pela sua coragem, determinação e abnegação e pelo enorme contributo que, com a sua atitude, deram para a imagem e a dignificação da Instituição Militar, e para o associativismo militar sócio-profissional.

Das atitudes dos Sargentos de Portugal no dia 21 e acompanhados pelos Praças e Militarizados da Marinha no dia 28 importa tirar algumas importantes lições no que respeita ao exercício dos direitos de cidadania.

Os militares saíram à rua a demonstrar a sua indignação porque são prejudicados e discriminados nas suas carreiras, no exercício dos direitos de cidadania e nos seus vencimentos em mais de um mês de vencimento/ano há quase dois anos. Apesar disso e da ausência de soluções conseguem manter a elevação, a compostura e a disciplina mesmo quando protestam.

E fazem-no de tal modo que as pessoas que se cruzam com eles durante essas acções se revêm com orgulho nos seus militares e mostram-se solidárias. Na Rua Augusta e na Calçada do Combro foram muitas as pessoas que se dirigiram aos militares em solidariedade.

Muitos foram os automobilistas que insistiram para que os militares passassem à sua frente sem que se ouvisse uma buzina. A prova de solidariedade que talvez traduza melhor o sentimento das pessoas foi a de uma mulher idosa dizendo com os olhos cheios de alegria: *"Ah filhos, venham mais vezes que a rua fica tão bonita convosco aqui."*

A manifestação de apreço mais significativa foi a que ocorreu na Assembleia da República por iniciativa do seu Presidente. Os Sargentos, Praças e Militarizados que ali se encontravam estavam em acção de protesto, fardados no interior e no exterior do Palácio de São Bento.

A sua atitude e a sua compostura era de tal modo elevada que o Dr. Almeida Santos não resistiu a chamar a atenção dos Srs. Deputados convidando-os a aplaudir. Os Srs. Deputados aplaudiram de pé e os militares agradeceram em sentido que é a forma de demonstrarem respeito. Foi um momento alto naquela câmara.

Mas vindo esta atitude de apreço de quem vem, dos representantes do Povo português que em seu nome produzem as leis da república, não pode ficar pela salva de palmas. Tem de ter consequências na revisão do artigo 31º da LDNFA.

Ficou provado que os militares podem manifestar-se, fardados, na rua e nos espaços públicos, da forma que o fizeram, sem que os bens constitucionais que a CRP pretende salvaguardar ao prever a restrição de alguns direitos de cidadania aos cidadãos militares sejam postos em causa. E os Srs. Deputados reconheceram-no e aplaudiram.

Aliás, também o direito de petição colectiva, de reunião, de associação e de expressão, do modo que os militares e as suas associações o fazem não coloca em causa esses bens constitucionais.

Depois de o plenário da Assembleia da República ter aplaudido de pé os militares durante uma acção de protesto, exercendo com elevada consciência cívica todos estes direitos durante os mais de dois anos de luta, não pode redigir e aprovar um artigo 31º que não contemple esta prática associativa.

Os militares não o compreenderão e, certamente, reagirão com todas as suas forças se aquelas palmas não forem secundadas por uma iniciativa legislativa coerente e que verta para o diploma legal o direito ao exercício do associativismo sócio-profissional e à prática associativa dos seus dirigentes e delegados.

Depois desta atitude dos membros daquele órgão de Soberania os militares entenderão mal a falta de respostas aos problemas que insistentemente têm colocado.

Mas os militares também entregaram uma petição colectiva com mais de 6.200 assinaturas sobre os problemas de carreira requerendo a discussão do EMFAR no Plenário da AR. As palmas ouvidas na velha câmara ganharão maior significado se o assunto objecto da petição for agendado com celeridade e as alterações requeridas contempladas.

Se o Sr. Presidente da Assembleia da República o fizer certamente terá toda a nossa gratidão e dará um poderoso contributo para a aproximação dos eleitos com os eleitores e para manter a credibilidade daquele órgão de Soberania.

Os Sargentos de Portugal, hoje como sempre, saberão ousar vencer!

Sete medidas a implementar!

Primeiro: as matéria sociais, como os vencimentos e as carreiras devem passar definitivamente para a administração directa do ministério. Em especial os vencimentos por múltiplas razões. Porque os chefes são parte interessada na questão; porque as comissões que tratam de elaborar as propostas dos ramos são constituídas exclusivamente por Oficiais, também eles parte interessada e influenciados por uma das partes. Mas sobretudo porque os CEM não possuem meios para solucionar este problema. Persistir a envolvê-los nesta matéria é atribuir-lhes o ónus que deveria caber ao Governo pela ausência de soluções.

Segundo: devem ser resolvidos de imediato os problemas que constituem injustiças e discriminações. O problema da equidade entre os sistemas retributivos dos militares das Forças Armadas e da GNR; a aplicação integral dos pontos 2 e 3 do artigo 19º do DL 328/99; e a restituição dos diferenciais que aos Sargentos e Praças foram absorvidos na aplicação das 2ª e 3ª fases do actual sistema retributivo e mantido aos oficiais da Marinha.

Terceiro: Dar um sinal claro de intenção de recuperação da equidade externa no contexto da A. P. revalorizando autonomamente o índice 100 e valorizando o Suplemento da Condição Militar para 14,5% mais 21.000\$00, garantindo assim uma maior justiça na atribuição de um Suplemento que se destina a minimizar os prejuízos causados por uma condição que é comum a todos os militares, a Condição Militar.

Quarto: resolver os problemas de carreira apresentados pela ANS na Assembleia da República a acompanhar uma petição colectiva com mais de 6.200 assinaturas e que, não obstante a premência do assunto, continua a aguardar agendamento. (A resposta célere aos problemas apresentados pelos eleitores é a melhor forma de os aproximar dos eleitos e recuperar a confiança neste Órgão de Soberania e na democracia representativa). Mas o Governo também pode tomar a iniciativa de produzir um DL rectificativo do EMFAR contemplando, para além das medidas a que está obrigado pela Lei do serviço Militar e dos novos regimes de prestação do serviço, as medidas propostas pela ANS dado incidirem sobre os artigos que na revisão em sede da AR foram excluídos.

Quinto: após resolvidos estes problemas está criada a base sã que permite constituir uma comissão com representantes das associações, dos ramos e do ministério para estudar um modelo de carreiras que se articule com um modelo de sistema retributivo respeitador da filosofia do DL 184/89 e que institua os mecanismos reguladores que garantam a equidade interna e externa.

Sexto: a revisão do artigo 31º continua a desenrolar-se no segredo dos gabinetes excluindo não só as associações mas, agora, excluindo também alguns partidos com assento na AR, o que aumenta os receios de se estar a preparar outro *golpe de mão* como aconteceu relativamente ao EMFAR no passado ano. É inaceitável uma revisão que venha constituir um retrocesso em matéria associativa. Não se compreende que o artigo 31º que sair desta revisão não contemple a possibilidade do associativismo sócio-profissional e institua capacidade de representação de interesses aos dirigentes e delegados associativos.

Sétimo: por último a questão da Justiça Militar, que também continua a ser tratada no segredo dos gabinetes, deve ser colocada a debate público com as entidades interessadas: os militares, os magistrados do ministério público, juizes e académicos. No essencial queremos ver aprovados um conjunto de diplomas modernos, de acordo com o estado democrático e que dotem a categoria militar de Sargentos de competência disciplinar.

Sargentos/Estado da Nação

O Estado da Nação é o que se conhece, de uma crise política, económico-financeira derivada do impasse para se implementar as medidas necessárias e ditadas por todos. Tenho dificuldade, em ver os estudos já realizados, para solucionar os problemas com os militares, a serem agora assumidos e postos em prática.

Lembrava aqui a questão da saúde militar, que achei interessante. Cruzando informações dos media sobre as actividades operacionais das forças armadas que impliquem despesa e que serão suspensas.

O atendimento dos doentes e dos militares doentes é uma actividade operacional das Forças Armadas, e implica custos, não é afectada? está contemplada na LPM? ou o profissionalismo daqueles que sendo Oficiais e Sargentos [Praças e civis] que se dedicam a tão nobre e operacional actividade, a tão baixo custo?

Pesca na net, www.forumhso.pt



O SARGENTO

Breves palavras sobre os direitos e dignidade dos militares.

Além do exercício dos direitos, os militares confrontam-se com uma série de problemas cuja existência o governo reconheceu e prometeu resolver, e para resolução de alguns, até anunciou a criação de comissões compostas por ministros dessas áreas. São, principalmente, os problemas na área das carreiras, no sistema retributivo, e na legislação. Não vimos, até hoje, as promessas cumpridas, e o que ouvimos agora é o Sr. Ministro da Defesa - quando um jornalista lhe pergunta: se não está preocupado com as reacções dos militares, sobre as medidas restritivas que acaba de anunciar para as Forças Armadas - responder: **“os militares estão habituados a obedecer!”**

Sim, Sr. Ministro, os militares são adultos e até estão habituados a, conscientemente, obedecer. Mas o seu prestígio não tem sido ganho na obediência cega, mas sim na dedicação e competência como têm desempenhado as missões que lhes são atribuídas, e que constitucionalmente lhes pertencem.

O Sr Bispo das Forças Armadas D. Januário Torgal Ferreira não esperou para responder ao Sr. Ministro. Atenção, disse ele: “Às vezes há situações em que é preciso não obedecer”.

SAJ MQ Custódio de Jesus

Soldado Português É Homem, Trintão, Lisboeta e [1SAR]Sargento

Estão, em média, entre 15 a 19 anos na carreira militar e a maior parte ocupa o posto de primeiro sargento. Este é o retrato do militar português, que poderá sofrer alterações com a progressiva extinção do Serviço Militar Obrigatório (SMO) e a transição para o regime de voluntariado.

De acordo com os últimos dados disponíveis, do "Anuário Estatístico da Defesa

Nacional" de 1999, entre os cerca de 20 mil efectivos que integram o quadro permanente, **a maior parte são primeiros-sargentos, cerca de 30 por cento.**

Dentro da classe de oficiais, a maior parte são capitães e primeiros-tenentes (no caso da Marinha). Aliás, esta situação verifica-se nos três ramos, com uma percentagem de cerca de 40 por cento. O Exército continua a ter o maior número de **oficiais-generais, 66, enquanto a Marinha e Força Aérea têm, cada um, 32.**

Público,
Helena Pereira,
Domingo, 17 de Junho de 2001

Lisboa, 30 Jun (Lusa) - O presidente da direcção da Associação Nacional de Sargentos, Lima Coelho, disse hoje, à Agência Lusa, ter algumas dúvidas sobre se a remodelação governamental resolverá as questões militares pendentes. «Estamos a acompanhar isto com alguma preocupação até porque algumas mudanças poderão indiciar uma vontade não de resolver problemas, mas apenas de os protelar», disse o dirigente associativo militar. Instado sobre a opinião da ANS sobre o ministro da Defesa indigitado, Lima Coelho respondeu: «Não discutimos pessoas, discutimos políticas e, como tal, vamos dar o benefício da dúvida e mantermo-nos atentos». Questionado sobre se mantinham as posições veiculadas por um comunicado da ANS, há três dias, muito crítico

sobre o Governo, o presidente da associação disse não lhe parecer «crível que as coisas mudem, apenas porque mudou a cara. Se não houver vontade de mudar a política, não adiantam remodelações desta ordem. O grande objectivo é que se resolvam os problemas». «Nesta altura, quem tem que resolver as questões é o senhor primeiro-ministro», acrescentou.

Recordando a presença dos sargentos na última quinta-feira, na Assembleia da República, para assistirem ao debate sobre «O Estado da Nação», comentou que «à semelhança do que tinha acontecido antes, eles deram, uma vez mais, uma imagem muito clara da mensagem que querem transmitir inequivocamente ao senhor primeiro-ministro».

«É urgente que os problemas se resolvam sob pena de se assistir a um agravar preocupante da situação», advertiu. Lima Coelho não confirmou nem desmentiu à Agência Lusa, a marcação para a próxima semana de diversas reuniões de associações militares. Uma dessas reuniões deverá juntar segunda-feira não só a Associação Nacional de Sargentos, mas também a dos oficiais (AOFA) e a dos militares na reserva (ASMIR) para fazer um ponto da situação sobre diversas questões.

Na terça-feira, reúne-se a direcção nacional da Associação dos Sargentos que fará um balanço das últimas manifestações do «direito à indignação» dos militares e analisará perspectivas futuras. As comissões permanentes dos sargentos dos três ramos das forças armadas vão também reunir-se esta semana. Num outro desenvolvimento castrense, a Lusa apurou que se reúne, esta semana, em Lisboa, a «Comissão de Cidadãos», que integra, para além de civis, militares dos três ramos das forças armadas e de diversas categorias. Este grupo está a preparar uma homenagem de desagravo ao general Garcia dos Santos, antigo presidente da Junta Autónoma das Estradas que, depois de demitido, pôs em causa a forma de funcionamento daquela instituição.

MF
Lusa/Fim



A Saga dos 1SAR

Sou sargento ajudante paraquedista

tenho 42 de idade, 22 de serviço, frequência universitária, estive 10 anos no posto de 1SAR, 5 no de 2SAR e vou passar à reserva como Sargento ajudante.

Nos paraquedistas existem 1sar com 12 anos de 1sar. Sem querer dizer que estás melhor ou pior digo-te que as tuas dores são as nossas dores que a tua luta é a nossa luta.

Só unidos sem divisões podemos chegar a algum lado. Um abraço sentido e não te deixes abater porque dos fracos não reza a história como diz o meu pai.



Extracto da exposição endereçada por um camarada SCH MQ da Armada ao ministro da defesa Nacional

... Atente V. Ex.^a no seguinte:

a) Os SCH mais antigos, e que poderiam ser promovidos com estas vagas em aberto, têm cerca de 30 anos de tempo global de permanência na categoria militar de sargento e mais de 35 anos de tempo de serviço efectivo;

b) No meu caso totaliza 19 anos de permanência nos postos de 1SAR e de 2SAR, 8,5 no posto de SAJ e mais de 2 anos no actual posto, SCH, o que perfaz 30 anos na categoria de sargento.

c) Como se pode constatar não reunimos tempo mínimo de permanência no posto de SCH porque fomos forçados a permanecer para lá do tempo que seria razoável nos postos de 2SAR, 1SAR e de SAJ.

d) Se V. Ex.^a não tiver em consideração esta situação e tomar uma iniciativa legislativa ao nível do EMFAR, o signatário terá de passar à reserva por limite de idade no posto de SCH, com vaga em aberto para ser promovido a SMOR, reunindo todas as restantes condições de promoção e tendo provado ao longo da minha carreira como profissional, Maquinista Naval, ter competência e mérito. É uma injustiça que não pode suportar.

2) Mas esta situação é injusta por muitos outros motivos, tendo todos em comum a discriminação que os sargentos da Marinha, em especial as classes de alistamento, foram alvo relativamente aos seus camaradas, sargentos e oficiais da Marinha e dos outros ramos. Senão vejamos:

a) Como V. Ex.^a certamente saberá o DL 34-A/90 que veio criar o primeiro Estatuto dos Militares das Forças Armadas dispunha no seu artigo 20º o seguinte:

"Enquanto não forem produzidos os efeitos de rejuvenescimento nos quadros especiais da categoria de sargentos decorrentes da criação do regime de contrato na categoria de praças, constituem condições especiais de promoção a sargento-mor e sargento-chefe nas classes alimentadas exclusivamente por praças dos QP os seguintes tempos mínimos:

a) Sargento-mor, 1 ano no posto de sargento-chefe e 17 anos de serviço efectivo na categoria de sargentos;

b) Sargento-chefe, 2 anos no posto de sargento-ajudante e 13 anos de serviço efectivo na categoria de sargentos."



Um exemplo da FAP

Gostaria de aqui referir o que eu penso e que já algumas vezes falámos sobre estas questões e em concreto no drama que se passa na FAP que não sendo maior ou menor que o dos outros ramos, é no nosso caso completamente asfíxiante e desmotivador.

O meu caso, igual ao de centenas de outros camaradas, é de alguma forma revelador da incapacidade revelada pelos órgãos de gestão de pessoal da FAP de alguns anos a esta parte.

Tenho 33 anos de idade, sou 1SAR há mais de 8 anos, faltam-me 12 anos para passar à reserva. Tenho na minha frente mais de 80 camaradas mais antigos à espera de promoção a SAJ. São normalmente promovidos 3 por ano. Fazendo as contas se tudo correr aritmeticamente bem, serei promovido daqui a cerca de 26 anos!!! E a minha especialidade (MELIAV - Mecânico de electricidade e instrumentos de avião) até é das que tem melhor progressão.

As vagas para SAJ são muito poucas e estão organicamente desfasadas da realidade. No entanto, muitos dos 1SAR

da FAP ocupam desde há muito, funções de chefia de serviços técnicos e administrativos, supervisores, inspectores de produção e qualidade, tarefas adequadas de facto aos postos de SAJ e SCH.

O que falta de facto é criar as vagas nos quadros pois os cargos efectivamente já existem e estão a ser desempenhados por 1SAR que já deveriam ser SAJ, pois reúnem todas as condições para isso.

O tratamento desadequado dos estudos para elaboração do DL 202/93 originou esta situação e a FAP sem aprender com os erros do passado parece estar a querer repetir e perpetuar este calvário em que já se transformou a nossa permanência ao serviço.

A proposta de alargamento de quadros apresentada ao MDN baseia-se tão só numa aproximação aos quadros da Armada não tendo sido efectuado qualquer estudo que a suporte. As chefias da FAP não sabem, nem querem saber, quantos sargentos precisam em cada posto. O que interessa é que o trabalho apareça feito e as aeronaves continuem a voar (sabe-se lá como!!).

Não havendo um interesse sério por parte das chefias em "arrumar a casa", temos que ser nós a lutar para a resolução deste problema que, no mínimo, constitui uma fraude de uma vida inteira. Prometeram-nos mel, deram-nos abelhas!!!

Temos que continuar a denunciar o problema do bloqueamento de carreiras dos sargentos das Forças Armadas, em todas as instâncias e a todos os níveis. Temos que nos mobilizar para enchermos a Assembleia da República com as nossas fardas, quando for a discussão da nossa petição sobre o EMFAR que contém várias medidas para melhorar o fluxo das carreiras.

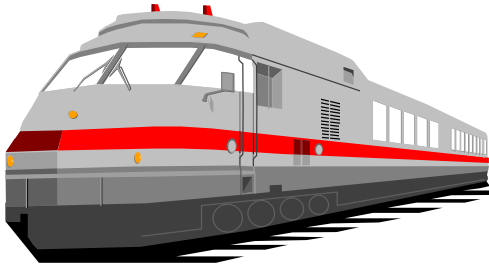
Temos que fazer a denuncia de que o alargamento dos quadros não é feito porque o MDN não entende para quê a FAP quer mais 90 Coronéis.

Temos que pressionar para que as promoções dos Sargentos deixem de demorar quase um ano, após abrir a vaga, quando nos oficiais é no dia seguinte.

Temos que apelar a todos os nossos camaradas que saibam quais são as funções atribuídas ao seu posto e as cumpram escrupulosamente sem se sujeitarem a cumprir tarefas de posto inferior.

Vamos a eles!!! Pelo fim da "saga do primeiro-sargento" !!!

1SAR/MELIAV - FAP



CP: mau serviço público.

Desta feita o ataque a esta última regalia vem de forma ínvia e não tem como alvo só os militares, mas todas as populações que utilizam os comboios inter-regionais.

A CP, como sabemos, tem sido desmembrada de modo a isolar as partes rentáveis para a seguir as privatizar (quando acabarem as empresas rentáveis do Estado o que será posto à venda?).

Este desmembramento tem como consequência directa o encerramento de linhas, de apeadeiros e mesmo de estações e a prestação de um serviço público de pior qualidade e mais oneroso.

Em muitos casos os comboios inter-regionais passaram a ser inter-cidades sem alternativas. No nosso caso, para além dos prejuízos inerentes a todos os restantes cidadãos, temos o problema dos ¼ de bilhete, pois nestes comboios o bilhete inteiro de 2ª é mais barato.

Já os comboios da linha de Tomar de um dia para o outro, alguns horários deixaram de fazer serviço suburbano e passaram a fazer serviço regional provocando um aumento dos preços para o dobro, prestando exactamente o mesmo serviço e nos mesmo horários.

Algumas questões se colocam: será com medidas destas que o Governo pretende estimular a utilização dos transportes públicos em detrimento dos individuais? Será fechando linhas, apeadeiros, eliminando horários e os comboios regionais que o Governo pretende diminuir o isolamento das populações do interior? Será que estas medidas servem para nos fazer pagar directamente os custos dos megalómanos projectos TGV?



Zenóbio 2SAR

Vamos lá ao rzalmentz :

- Os Chefes-de estado maior recebem 35% do vencimento base para despesas de representação, o que são 266 pontos indiciários mês (vejam lá, não querem trocar este abono pelo meu vencimento?)

- Na tabela dos Chefes os TCOR passariam a ganhar mais 150 contos de uma assentada.

A'tão e cá o Zenóbio? Depois digam que o sindicalista sou eu ...

P. S. - Já agora vou-lhes contar mais esta. Fui assistir a uma sessão sobre a nova moeda, o EURO. No fim perguntei se me podiam explicar aquilo tudo mas em cêntimos. Quiseram saber porquê e eu disse-lhes : A'tão com o meu vencimento é claro que vou usar mais são os cêntimos.

Não me explicaram porque só tinham a cassette gravada para o EURO.

E p'ra mim, quem me troca isso em cêntimos?

Extracto do comunicado número 17 de 27JUN01.

“ ...

É nos momentos de crise e de tensão que os homens e as instituições são postos à prova e se revelam. É do seu comportamento nestes momentos que se pode ajuizar da justeza da sua conduta e das suas aspirações.

Desde há dois anos que os Sargentos têm vindo a lutar com grande elevação, sentido de justiça, equilíbrio e contenção pelos problemas porque lutam hoje. Fizeram-no nos navios, quartéis e hangares com resoluções colectivas e petições individuais ao Primeiro Ministro, com faltas ao rancho e, por fim, nas ruas de Portugal.

E durante este período de tempo o País pode rever-se com orgulho nos seus militares e nas suas Forças Armadas. Estivemos empenhados em missões no estrangeiro: Bósnia, Kosovo, Moçambique, Guiné e Timor. Estivemos no mar, em terra e no ar em operações de busca, salvamento, de controle e combate à poluição e na defesa do ambiente. Estivemos nas cheias do Alentejo, nos Açores, em Entre-os-rios, e onde as calamidades exigiram o contributo dos militares para lhes debelar as consequências. Estivemos - e estaremos -, prontamente onde o País precisou de nós.

Estivemos nos navios, quartéis e hangares a treinar continuamente, a prosseguir a formação, a reparar e a manter operacionais as velhas armas da Pátria portuguesa com os parcos meios disponíveis.

Nem uma só missão ficou por cumprir. Nem uma só vez a coesão, a disciplina, a operacionalidade e a Defesa Nacional estiveram em causa. E, no entanto, os Sargentos de Portugal há mais de dois anos

que lutam abnegadamente, com a mesma abnegação e perseverança com que servem o País.

Se outros motivos não houvessem estes seriam suficientes para demonstrar que o exercício dos direitos de cidadania pelos cidadãos em uniforme, nomeadamente os direitos ao associativismo sócio-profissional, de reunião, de petição colectiva, de expressão e de manifestação, nos moldes em que os Sargentos os exercem, não são incompatíveis com a função militar. Em muitas situações, bem pelo contrário, é nas propostas e nos caminhos apontados pelas associações que os militares têm encontrado a motivação que as medidas desastrosas, a falta de soluções e o desinvestimento consecutivo que os últimos governos têm adoptado, teimam em lhes negar.

É por constatar tal evidência que a ANS reafirma que é inaceitável uma revisão do artigo 31º da LDNFA que seja um retrocesso à prática associativa e que não contemple o associativismo sócio-profissional e o direito de representação aos dirigentes e delegados associativos. Qualquer *negociata* conseguida no segredo dos gabinetes é inaceitável e a ANS reserva-se no direito de responder com todas as suas forças a qualquer novo ataque ao associativismo militar.

“ ...



S. H. S. T.

Equipamentos dotados de visor

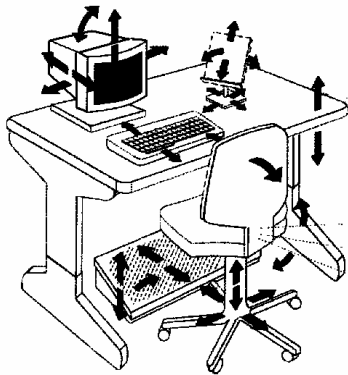
O incremento do uso dos sistemas informáticos, hoje presentes na maioria dos locais de trabalho, veio revelar novos cuidados a ter na concepção dos postos de trabalho dotados de visor.

Esta é uma área de grande importância para os profissionais que operam com terminais de computador para processamento de dados ou programação e para operadores de consolas de radar e similares.

Os postos de trabalho com equipamentos dotados de visor não devem constituir risco para a segurança e saúde dos trabalhadores.

A concepção ou adaptação dos locais de trabalho com equipamentos dotados de visor deve ter em conta os

riscos para a visão, as afecções físicas e a fadiga.



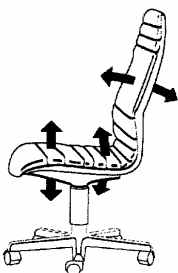
Os trabalhadores devem ser sujeitos a um **exame médico** adequado aos olhos e à visão antes de ocuparem pela primeira vez um posto de trabalho

dotado de visor. Este exame deve ser repetido **periódicamente** e sempre que os operadores apresentem perturbações visuais. **As despesas com os exames são suportadas pela entidade patronal.**

O **posto de trabalho** é constituído por um visor, um teclado, um processador, software que assegure o *interface* homem/máquina, e por outros componentes, como: um suporte de documentos, uma mesa e uma cadeira. Entende-se por visor um ecrã alfanumérico ou gráfico, seja qual for o processo de representação visual utilizado.

Na **implantação** dos postos de trabalho devem ser levados em conta os seguintes factores:

- O **espaço** deve ser suficiente de modo a que permita mudanças de posição e movimentos de trabalho,
- A **iluminação** deve ter a intensidade suficiente, sem cintilação nem encadeamento;

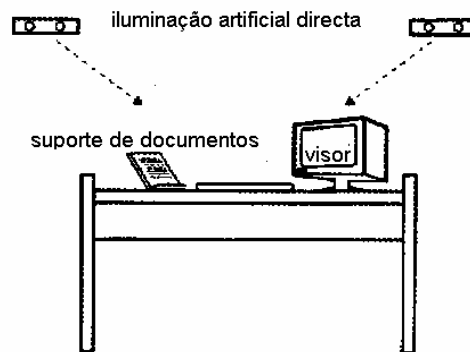


- Deve-se evitar **reflexos** encadeantes directos ou provenientes do visor;
- Deve-se **respeitar os limites** estabelecidos para o ruído, temperatura, humidade, velocidade do ar e radiações;
- As **janelas** devem ter estores com lamelas

- reguláveis que permitam atenuar a luz do dia.

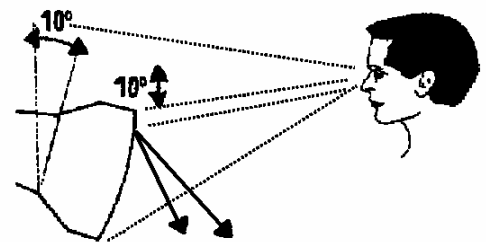
Na **concepção ergonómica** do posto de trabalho é importante que se atenda ao seguinte:

- A **cadeira** deve ser estável e o seu espaldar deve ser ajustável em altura e inclinação;
- A **mesa** deve ter as dimensões adequadas, com arestas boleadas e tampo baço, permitindo uma posição flexível do visor, do teclado dos documentos e do material;
- O **suporte de documentos** deve ser estável e regulável, evitando movimentos desconfortáveis da cabeça e dos olhos.
- O **teclado** deve ter inclinação regulável, dissociado do visor e possibilitando o apoio das mãos e dos braços do utilizador na mesa. As teclas devem ter símbolos contrastados e a superfície deve ser baça, evitando reflexos;



- O **visor** (*monitor; display*) deve mostrar os caracteres bem definidos e delineados com clareza, com dimensão e espaçamento adequado entre si e entre linhas. A imagem deve ser estável, sem cintilação, reflexos ou reverberações. Deve possibilitar a regulação da iluminância e do contraste entre os caracteres e o fundo, em função das condições ambientais. Deve também ter regulação de inclinação e orientação.

- O **software** deve ser adaptado à tarefa a executar e de fácil utilização. Os programas devem apresentar informações sobre o seu funcionamento, num formato



adequado e com um ritmo adaptado ao operador;

- O **operador** deve receber formação sobre os princípios ergonómicos aplicáveis.

Legislação aplicável:

- Decreto-Lei nº 349/93, de 1 de Outubro – **Prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor.**
- **Portaria nº 989/93**, de 6 de Outubro – estabelece as normas técnicas de execução do D.L nº 349/93.
- **Directiva nº 90/270/CEE**, do Conselho, de 29 de Maio.

Militares e cidadãos, não mastins

Freitas do Amaral, professor de formação, prestou um serviço inestimável à clarificação das razões profundas que estiveram na origem e na formatação do actual quadro de restrições aos direitos de cidadania aos militares impostas pelo art. 31º da LDNFA.

Freitas do Amaral foi um dos mentores e redactores, em 1982, da actual Lei de Defesa Nacional e Forças Armadas num momento histórico de vazio de mecanismos de fiscalização constitucional. Veio agora, transcorridos 19 anos, clarificar a sua matriz conceptual, fundada no *ranço* fascista da legião e da mocidade portuguesas.

Mas, mais importante do que zurzir no douto professor, importa reflectir sobre essa matriz conceptual da função e da cidadania dos militares.

Desde logo importa distinguir entre subordinação da Instituição Militar ao poder político e submissão dos militares às vontades e caprichos dos políticos que em cada momento ocupam as cadeiras do poder.

A Constituição estipula a dependência e os limites da subordinação das Forças Armadas ao estabelecer que estas “... obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei.”

Pelo que, no mínimo, aos militares é exigido conhecerem os termos constitucionais e legislativos, bem como os limites, da obediência para salvaguarda do seu dever primeiro, “... a defesa militar da República.” Esta é uma exigência que obriga à distinção entre subordinação e submissão.

Releva, ainda, o facto de Portugal, hoje, ser um “... Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia da efectivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia representativa”, saída de uma revolução popular e democrática iniciada com o “... derrube do regime fascista...” pelo Movimento das Forças Armadas.

Pelas suas responsabilidades históricas na implantação da democracia e na defesa militar da República, aos militares são exigidas a obediência às decisões políticas de incidência militar emanadas dos órgãos de soberania e um elevado sentido das responsabilidades constitucionais para não voltarem, em caso algum, ao estatuto de submissão e de suporte acrítico de uma qualquer ditadura que negue a República Portuguesa como Estado de direito democrático.

Compreende-se que quem está no poder tenha a tentação de transformar os militares e as Forças Armadas num corpo acéfalo, acrítico e submisso, e se sinta incomodado sempre que os militares fazem sentir pública e criticamente o seu mal-estar e indignação pela ausência de políticas claras e da dotação dos meios adequados às missões cometidas.

Para quem está no poder seria mais conveniente que os militares se comportassem como mastins e não como cidadãos em uniforme com um elevado sentido cívico. Mas para a preservação do estado de direito democrático o militar interveniente, com elevada cultura cívica, interessado nas coisas militares e da defesa militar da República, na vida pública, em suma, o cidadão em uniforme é mais adequado, certamente.

A saúde da democracia e da República exigem-no e só quem tenha uma visão restritiva do direito democrático e tencione utilizar as Forças Armadas contra “... a vontade popular...” pode pretender manter o nível de restrições dos direitos de cidadania aos militares. Ou quem tem a consciência pesada pelo incumprimento de promessas feitas e teme o julgamento democrático.

**Associa-te na
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS**

Despedida do Dr. Júlio Castro Caldas

Cerca das 16H00 do passado dia 03 de Julho, o Ministro da Defesa Nacional cessante, Dr. Júlio Castro Caldas, telefonou pessoalmente para o Presidente da Direcção da ANS a fim de formalmente se despedir e agradecer a atitude elevada, leal e frontal como sempre decorreram as audiências e reuniões de trabalho, mesmo quando existiam divergências de opinião. Assim como toda a colaboração que sempre prestámos sob a forma de propostas, memorandos e estudos diversos.

Demonstrou o seu desgosto por não ter levado até ao fim a missão a que se votou quando “*vestiu a camisola talvez com demasiada força e por isso ter sido empurrado ladeira abaixo!*” Endereçou saudações aos Sargentos e, enquanto cidadão, reafirmou o apreço sentido.

Aproveitou-se a ocasião para retribuição de agradecimentos pela postura de abertura e diálogo, pese embora grande parte dos problemas não tenham sido resolvidos, mas também entendemos que a partir de certa altura já não lhe eram totalmente imputáveis as culpas pela não resolução dos mesmos mas sim ao senhor Primeiro Ministro. A terminar reafirmaram-se reciprocamente o desejo de manter a porta aberta entre a ANS e o cidadão Dr. Júlio Castro Caldas.

REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO IASFA

Pelas 10H30 do dia 06 de Julho decorreu na sede do IASFA uma reunião do Conselho Consultivo para “*apresentação do [novo] Conselho de Direcção*” deste Instituto.

O Presidente do Conselho de Direcção, Sr. TGEN Pires Mateus afirmou a intenção de continuar a prática do seu predecessor quanto à presença dos representantes das associações de militares nas reuniões do Conselho Consultivo. Reafirmou o papel bastante válido que as associações têm prestado e, apresentou novas propostas de colaboração mútua para o futuro. Elogiou as referências feitas no jornal “O Sargento” sobre os problemas que afectam este Instituto.